

do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

23 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, *Susana Maria Mesquita Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, *Pires Trigo*.

2611047197

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BARCELÓS

Anúncio n.º 6301/2007

**Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 1730/06.9TBCL**

Requerente — Berta Maria Oliveira Ribeiro.
Insolvente — ASSENTOCONFEX — Confecções, L.ª

ASSENTOCONFEX — Confecções, L.ª, número de identificação fiscal 502871644, com endereço no lugar do Assento, 4750-556 Manhente-Bcl.

Administrador da insolvência — Américo Fernandes de Almeida Torrinha, com endereço no lugar da Cividade, 286, 4760-247 Joane.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa.

Efeitos do encerramento — os previstos nos artigos 233.º e 234.º do CIRE.

22 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, de turno, *Susana Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, *Palmira Caridade*.

2611047344

TRIBUNAL DA COMARCA DA GOLEGÃ

Anúncio n.º 6302/2007

Prestação de contas (liquidatário) — Processo n.º 185/03.4TBGLG-F

Liquidatário judicial — Leonel Calheiros dos Santos.

O Dr. João Pedro de Almeida Gonçalves Batista, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida J. M. Gasparinho, L.ª, com sede na Estrada Nacional n.º 123, Chouto, 2140 Chouto, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

24 de Abril de 2007. — O Juiz de Direito, *João Pedro de Almeida Gonçalves Batista*. — O Oficial de Justiça, *Maria do Carmo Soares Correia*.

2611047083

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LEIRIA

Anúncio n.º 6303/2007

**Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 4494/06.2TLRA**

Requerente — Groupe Seb Ibérica, S. A.
Insolvente — LUSAUDIO — Comércio de Electrodomésticos, L.ª

Nos autos de insolvência acima identificados em que são insolvente LUSAUDIO — Comércio de Electrodomésticos, L.ª, número de identificação fiscal 501694471, com sede em Caldelas, 2415 Caranguejeira, e administrador da insolvência Carlos Alberto Vecino Vieira, com endereço na Rua da Cidade Rheine, Urbanização Vale da Cabrita, lote 7, loja B, 2410-270 Leiria, ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo proferida em 20 de Julho de 2007 foi determinada por ser constatada a insuficiência da massa insolvente nos termos do disposto no artigo 230.º, n.º 1, alínea d), do CIRE.

Ao administrador da insolvência foi remetido o respectivo anúncio para publicação.

1 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, de turno, *Ana Cláudia Cáceres*. — O Oficial de Justiça, *Olga Araújo*.

2611047374

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 6304/2007

**Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 320/06.0TYLSB**

Credor — Manuel Gonçalves Cheganças, L.ª
Insolvente — ELECTROCICLO — Soc. Montagens Eléctricas, L.ª

No 1.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, no dia 13 de Julho de 2007, às 16 horas e 45 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor ELECTROCICLO — Soc. Montagens Eléctricas, L.ª, número de identificação fiscal 501731725, com sede na Rua de Elias Garcia, 111, 6.º, D, Agualva-Cacém, Sintra.

São administradores do devedor António Pereira dos Santos e Maria Graçinda Clara dos Santos, ambos com domicílio na Rua de Elias Garcia, 111, 6.º, D, 2735-000 Cacém.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Maria Cristina Henriques Conchon Santos Monção Leão, com domicílio na Avenida de Sidónio Pais, 2, 1.º, esquerdo, B, 1050-214 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias; O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 12 de Outubro de 2007, pelas 10 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e de que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repar-

tição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

2 de Agosto de 2007. — O Juiz de Direito, *António Marcelo dos Reis*. — O Oficial de Justiça, *Paula Sá e Silva*.

2611047229

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA MARINHA GRANDE

Anúncio n.º 6305/2007

Insolvência de pessoa singular (requerida)
Processo n.º 948/07.ITBMGR

Credor — Rui Manuel Ferreira Franco e outro(s).
Devedor — Fernando dos Santos Coelho e outro(s).

No 1.º Juízo do Tribunal da Comarca da Marinha Grande, no dia 7 de Agosto de 2007, às 12 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores Fernando dos Santos Coelho, estado civil desconhecido, número de identificação fiscal 121856488, com domicílio na Rua do Moinho da Amélia, Matos Verdes, Trutas, 2430 Marinha Grande, e Ana Maria Duarte dos Santos Coelho, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 138867291, com domicílio na Rua do Moinho da Amélia, Matos Verdes, Trutas, 2430-000 Marinha Grande.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Carlos Henrique Martins Maia Pinto, com domicílio na Rua Nova da Escola, 135, 3.º, A, 2400 Leiria.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias; O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

Para a tomada de posse da comissão de credores é designado o dia 23 de Agosto de 2007, às 14 horas, neste Tribunal.

É designado o dia 11 de Outubro de 2007, às 14 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigos 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e de que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

7 de Agosto de 2007. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel dos Reis Raposo Figueiredo*. — O Oficial de Justiça, *Maria Teresa Marques*.

2611047081

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA MARINHA GRANDE

Anúncio n.º 6306/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 907/07.4TBMGR

Requerente — R. C. Redol — Soluções de Embalagem, L.^{da}
Insolvente — GAMAPLÁS — Moldação e Produção em Plástico, S. A.

No 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Marinha Grande, no dia 10 de Julho de 2007, às 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora GAMAPLÁS — Moldação e Produção em Plástico, S. A., número de identificação fiscal 506101851, com sede na Estrada de Leiria, 208, ap. 152, Marinha Grande, 2431-902 Marinha Grande.

Para administrador da insolvência é nomeado Vítor Manuel Ramos, com domicílio na Urbanização Valverde, lote 41, loja A, Covinhas, 2400-022 Leiria.

São administradores do devedor Abílio Manuel Bernardo, residente na Rua do Maestro Carlos Silva, bloco 19, 1.º, direito, 2500 Caldas da Rainha.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

24 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, de turno, *Maria de Fátima Vasconcelos*. — O Oficial de Justiça, *Clarinda Maria Vala Pires*.

2611047400

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MATOSINHOS

Anúncio n.º 6307/2007

Insolvência de pessoa singular (requerida)
Processo n.º 6109/07.2TBMGR

Requerente — Ana Raquel Ribeiro da Silva.
Insolvente — Ana Raquel Ribeiro da Silva.

No 3.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Matosinhos, no dia 27 de Julho de 2007, pelas 10 horas e 30 minutos, foi proferida